

EDUCAÇÃO MORAL/RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: DESAFIO A EDUCADORES DE ABRIGOS PROVISÓRIOS

Carla Andressa Placido Ribeiro (UNESP)

carlaandressap@yahoo.com.br

Adrián Oscar Dongo Montoya (UNESP)

Patrícia Unger Raphael Bataglia (UNESP)

Agência financiadora (FAPESP)

Conflitos interpessoais na instituição educativa: relações interculturais, infância, juventude, gênero e raça

Este trabalho pretende refletir a respeito da importância da educação moral em abrigos provisórios, em especial os procedimentos de educadores e cuidadores na mediação e resolução de conflitos em situações rotineiras. Segunda a teoria piagetiana, em que nos respaldamos, a moralidade é resultante de um processo de construção interior, que se dá por meio da interação que o sujeito estabelece com o meio social. Em uma instituição de abrigo provisório na cidade de Marília-SP, realizamos um diagnóstico a respeito das relações existentes em sua rotina e qual a sua implicância no desenvolvimento moral dos abrigados, constatamos que a relação predominante vivenciada era o respeito unilateral e conseqüentemente os abrigados se encontram no estágio de heteronomia. Junto à instituição, vimos a necessidade em promover ações para constituir um ambiente favorável ao desenvolvimento moral dos abrigados orientado para autonomia. Entendendo que a primeira ação deveria ser a formação moral dos educadores e cuidadores, propomos reuniões de estudo, planejamento, ação-reflexão e avaliação de suas práticas. Vimos que no decorrer desse trabalho os objetivos estão sendo alcançados gradualmente. Há funcionários que já estão refletindo criticamente a respeito de suas práticas e apresentam interesse em adquirirem novas posturas que auxiliem no bom desempenho de seu trabalho enquanto educador. Muito ainda devemos percorrer para a constituição de um ambiente favorável ao desenvolvimento moral, mas julgamos que o principal que é a visão da necessidade desse ambiente já tem alcançado grande parte dos funcionários.

Palavras-chave: desenvolvimento moral; abrigo provisório; formação moral.

INTRODUÇÃO

Pretendemos refletir nesse trabalho a respeito da importância da educação moral no âmbito institucional em especial os procedimentos do

educador e cuidador na mediação e resolução de conflitos interpessoais, assim como sobre importância de sua própria formação em educação moral. Para esse fim escolhemos uma instituição na cidade de Marília-SP que abriga meninos com idade entre 02 a 17 anos. A escolha dessa instituição ocorreu por ela ser uma das principais instituições da cidade e que se mostrou interessada na pesquisa.

Para Piaget (1973), a educação moral não é apenas uma atividade individual, mas também produto de relações sociais. Assim, falar de educação é em primeiro lugar reconhecer o papel indispensável dos fatores sociais na própria formação do indivíduo. Assim sendo, a família e a escola se tornam instituições importantes na formação moral da criança. Mas como essa educação acontece no caso de crianças e adolescentes que vive em abrigos provisórios longe do convívio familiar? E, quais as relações existentes nesses abrigos que estão influenciando no desenvolvimento da moralidade de seus abrigados?

É comum escutarmos queixas de profissionais em instituições de que o trabalho com as crianças e adolescentes deve ser um trabalho em conjunto, envolvendo todos os funcionários da instituição, pois são da opinião de que todos que ali trabalham têm um papel de educador, e se a educação está sendo falha é porque ninguém está cumprindo com esse papel. Dessa forma, há um jogo de acusação em que um atribui ao outro a culpa da maneira como está o comportamento dos abrigados na instituição, apresentando falta de respeito interpessoal e com as regras, além de comportamento de indisciplina e intolerância. Diante disso e baseando na teoria piagetiana procuraremos destrinchar um pouco mais a respeito do papel das instituições de abrigo provisório, abarcando seus funcionários como professores, atendentes, serventes, assim como cargos técnicos de assistentes sociais, diretoria e secretários, que em suas disposições funcionais mantêm relação interpessoal com os abrigados e que contribuem na formação moral destes. Referiremos aqui a respeito desses funcionários como educadores e cuidadores. Mas para tratar de formação moral

precisamos esclarecer melhor qual o conceito de moral que estamos nos referindo.

Nossa posição se baseia em La Taille (2006), que assume a definição de moral (que também é assumida por outros filósofos como ele faz menção: Comte-Sponville e Bernard Williams), fazendo uma diferenciação da ética como duas palavras que direcionam em responder duas questões. Para a indagação moral temos: “como devo agir?”. E para a ética: “que vida eu quero viver?”. Então a moral está ligada aos deveres, aos sistemas de regras e princípios, sendo um “sentimento de obrigatoriedade”, e a ética a busca de uma “vida boa”, ou uma vida que “vale a pena ser vivida”.

Acreditamos, então, que moral é a consciência do certo e do errado. Sendo assim, agir moralmente bem não é a mesma coisa que agir de acordo com as regras sociais ou leis que nos cercam; é acreditar que determinada regra pode ser boa para todos e qualquer indivíduo e assim poder ser aplicada por todos, ou se pelo contrário, ela não for boa para qualquer pessoa, ela não deve existir como regra.

Mas o que nos faz obedecer a uma lei ou regra? O que nos faz agir pela moral do bem (considerando o bem para todos e qualquer indivíduo)? Em resposta a essas perguntas, podemos dizer que a moral de um ato, o seu bem, não está na lei, regra ou norma que obedecemos, mas no porquê obedecemos.

Então, devemos cumprir uma regra por ela mesma, ou seja, pelo seu sentido e não pelas consequências externas, boas ou ruins, que o cumprimento ou não dela possa nos atingir em termos pessoais. E também, da mesma forma, temos a liberdade de lutar contra uma determinada regra, lei ou norma quando achamos que esta não é justa, no sentido de não ser adequada para todos e qualquer indivíduo.

A decisão a ser escolhida em termos de “qual o caminho que quero seguir” é direcionada pelo nosso desenvolvimento moral. Mas o que é desenvolvimento moral e como ele acontece? As relações interpessoais podem influenciar no desenvolvimento moral de um indivíduo? Que tipo de

relacionamento interpessoal deve ser construído em uma instituição de abrigo provisório?

EDUCAÇÃO MORAL E SUAS FINALIDADES

Segundo Piaget (1930/1996) a vida social está impregnada de leis morais, cabendo aos indivíduos cumpri-las. Entretanto, essas leis morais não são passadas hereditariamente de geração a geração. Para que isso aconteça é necessário que a educação seja exercida pelo adulto para com a criança, ou o mais velho para com o mais novo. O que é transmitido pela constituição psicobiológica do indivíduo são as capacidades, as tendências afetivas e ativas, as raízes instintivas da sociabilidade, afeição, subordinação, imitação, entre outros, que predis põe ao cumprimento de tais leis. Porém, se estas fossem deixadas livres, essas forças puramente inatas permaneceriam anárquicas. Sendo assim, para que as realidades morais se constituam é relevante que os indivíduos estabeleçam relações uns com os outros, pois, é nessas relações entre os indivíduos que se estabelecem as normas. Não há, portanto, moral sem educação moral.

[...] na medida em que a elaboração das realidades espirituais depende das relações que o indivíduo tem com seus semelhantes, não há uma única moral e nem haverá tantos tipos de reações morais quanto as formas de relações sociais ou interindividuais que ocorrem entre a criança e seu meio ambiente (PIAGET, 1930/1996, p.3).

Assim, a pressão exercida pelo adulto à *alma* da criança acarretará resultados diferentes do que a livre cooperação entre crianças e, dependendo de como a educação moral utiliza uma ou outra dessas formas, ela moldará as consciências e determinará comportamentos de modos diferentes.

A pesquisa realizada por Piaget sobre a relação entre a coação adulta e o realismo moral se constituiu na tentativa de entender a maneira como a criança concebe seus deveres e os valores morais em geral. Para isso, analisou

os julgamentos das crianças, obtidos por meio de narrações de histórias concernentes ao desajeitamento infantil, o roubo e a mentira.

Segundo Piaget, a moralidade é resultante de um processo de construção interior, que se dá por meio da interação que o sujeito estabelece com o meio social, e não de acumulação de informações exteriores. Podemos, assim, afirmar que é de fundamental importância o papel da educação moral fundamentada na autonomia e na reciprocidade.

O alcance educativo do respeito mútuo e dos métodos baseados na organização social espontânea das crianças entre si é precisamente o de possibilitar-lhes que elaborem uma disciplina, cuja necessidade é descoberta na própria ação, ao invés de ser recebida inteiramente pronta antes que possa ser compreendida (PIAGET, 1973, p.77).

Sendo a moralidade um processo de construção do conhecimento que se dá entre as pessoas e que se desenvolve à medida que os valores morais são construídos, o ambiente será decisivo. Cabe então aqui entender como se dá a educação moral e qual o ambiente adequado à construção da moral da autonomia para a teoria piagetiana.

Entendemos que moralidade em si não pode ser ensinada, pois ela é constituída a partir das relações que se estabelecem sendo na interação do sujeito com o meio em que vive e por meio das experiências com as pessoas e situações (PIAGET, 1996). Assim sendo, não há uma única moral, já que ela se estabelece na medida em que há a relação do indivíduo com seus semelhantes e com o meio em que vive. Ou seja, tendo o indivíduo uma relação exercida pela coação adulta, conduzi-la-á a resultados completamente diferentes que a livre cooperação entre crianças e, dependendo de como a educação moral utiliza uma ou outra dessas técnicas, ela moldará as consciências e determinará comportamentos de modos diferentes, pois, “o respeito constitui o sentimento fundamental que possibilita a aquisição das noções morais” (PIAGET, 1996, p. 4).

Referindo-nos ao fim da educação moral, podemos dizer que é o de “constituir personalidades autônomas aptas à cooperação”, à moral do respeito mútuo. Porém se há o desejo de, ao contrário, “fazer da criança um ser submisso durante toda sua existência à coação exterior”, sendo ela qual for, será suficiente praticar a relação unilateral (PIAGET, 1996, p.9).

Segundo a teoria piagetiana há dois tipos de moral, ou seja, duas relações pelas quais a criança poderá ser conduzida à moral, teremos assim, o que Piaget chama de dois tipos de respeito. Em primeiro lugar há o respeito *unilateral*, implicando na autoridade do adulto sobre a criança e pelo respeito da criança para com o adulto ou do mais novo para com o mais velho. Em segundo lugar, existe o respeito *mútuo*, predominando a igualdade entre os indivíduos que estão se relacionando respeitando-se reciprocamente.

Nesses relacionamentos, a criança incorporará as leis morais exercidas por meio da educação do mais velho para com ela. No entanto, as “[...] ordens morais, inicialmente, permanecem quase necessariamente exteriores à criança, pelo menos durante os primeiros anos” (PIAGET, 1932/1994, p.151). Com isto ocorre o relacionamento unilateral proveniente da coação moral, em que a criança cumprirá a regra independentemente desta ser exterior a ela, desprovida da própria consciência da regra pela criança.

A maioria dos pais impõe à criança inúmeros deveres, em que a razão para cumpri-los fica por muito tempo incompreensível para a mesma. Essa educação reforça o egocentrismo natural da criança dificultando o alcance da autonomia. Mesmo os pais que optam por uma educação de cooperação, são, por muito tempo, obrigados a sujeitar a criança a vários hábitos de asseio e de higiene alimentar, nos quais elas não conseguem entender de imediato o sentido do que estão realizando: essas regras serão para elas como as regras naturais como aquelas que regem a natureza. Somente com a maturidade, e certamente o seu contato com o meio social, essas regras serão assimiladas e interiorizadas por elas. “Há, portanto, desde o início, uma moral da regra exterior e uma moral da reciprocidade [...] e, enquanto estas duas morais não conseguirem realizar

sua unidade, a primeira conduz, quase fatalmente, a um certo realismo” (PIAGET, 1932/1994, p.151).

Segundo Piaget (1994), essas duas morais são devidas a relações opostas. A primeira é a relação de coação (a moral da regra exterior), sendo apresentada pela coação moral do adulto, o respeito unilateral, ocorre no processo simultâneo entre um sentimento de respeito ao mais velho e pelo adulto com a prática das regras fazendo com que estas se tornem uma realidade *mística e transcendente* resultando na heteronomia e, conseqüentemente, no realismo moral, por uma moral do dever. A segunda relação é a de cooperação, respeito mútuo, nesta as regras emana da consciência do sujeito, ou seja, o indivíduo não obedece a uma regra exterior a ele, mas indaga sua procedência e sua veracidade. Esta moral resulta na autonomia. Entre as duas morais, podemos distinguir uma fase de interiorização e de generalização das regras e das ordens.

Assim, na coação moral o “bem, é obedecer a vontade do adulto” e o “mal, é agir pela própria opinião”. Na fase intermediária, a criança não obedece apenas às ordens do adulto, mas à regra em si própria, “generalizada e aplicada de maneira original” (PIAGET, 1932/1994, p. 154-5). E apresenta ainda algumas regras vindas de fora do indivíduo sem ter uma consciência própria dele, existindo assim uma semi-autonomia. Para a moral do *bem*, desenvolvida contrariamente à do *dever*, o *bem* pode ser entendido como um produto da cooperação e o *dever* produto da relação de coação moral.

Mas como então a criança chegará à autonomia? Ocorre a “autonomia moral, quando a consciência considera como necessário um ideal, independente de qualquer pressão exterior” (PIAGET, 1973, p. 79). A autonomia de fato acontecerá quando a criança descobrir, que a veracidade é necessária nas relações de simpatia e de respeito mútuo, de tratar os outros como gostaria de ser tratado.

FORMAÇÃO DE EDUCADORES E CUIDADORES E SEU PAPEL NA EDUCAÇÃO MORAL DE ABRIGADOS – RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudos de Piaget se mostram significantes para se constituir um ambiente adequado ao desenvolvimento moral, pois se entendermos como a criança constrói seu pensamento, como suas estruturas são constituídas nos âmbitos do desenvolvimento da inteligência, da moralidade e da personalidade, entender como se desenvolve a mente infantil e como o meio social pode interferir nesse desenvolvimento, seremos capazes de, enquanto educadores, constituir um ambiente que favoreça o desenvolvimento integral do indivíduo orientado para a autonomia (intelectual e moral).

Baseando-se na teoria piagetiana ao abordar os meios da educação moral (PIAGET 1930/1996), podemos dizer que na educação moral no âmbito institucional de abrigo, assim como na família, na escola e em outras instituições sociais, devem-se estar atentos para não torná-la uma imposição autoritária e nem uma educação verbal.

O trabalho do educador na educação moral é sem dúvida um longo e árduo caminho. Segundo Vinha (2000), como esse trabalho envolve seres humanos sua responsabilidade se torna muito grande, pois ele não apenas exercerá influências na formação do indivíduo, mas, sobretudo, seu desempenho, assim como sua postura será decisivo para a futura autonomia moral e intelectual destes. Por essa razão, Piaget (1930/1996) afirma que os procedimentos de educação moral devem levar em conta a própria criança, se assim for, conhecendo como sua mente se desenvolve, o trabalho do educador se tornará mais efetivo e respeitador dos limites e necessidades presentes no percurso do desenvolvimento da criança e dessa forma garantir que ela seja agente de seu desenvolvimento e construtora de seu conhecimento.

Em um diagnóstico inicial na instituição de abrigo provisório escolhida obtivemos os dados como regras constituídas para os abrigados e os

procedimentos para o cumprimento destas. Destacaremos aqui trechos de entrevistas com as professoras que permaneciam em diferentes períodos do dia com as crianças e adolescentes.

Nesse campo de afazeres pedagógicos, as crianças não participavam efetivamente na elaboração das regras de convivência, com exceção de uma professora que afirma planejar as regras juntamente com eles, porém sob sua direção, como ela relata: *[...] as regras estão no meu armário pra falar a verdade. Mas então, a gente tenta colocar no dia a dia, são crianças inconstantes, todas as crianças em maneira geral, até nós somos assim. Então, assim, a gente tenta, assim de colocar na parede eu não coloquei ainda eu sei que é um erro meu, que a gente já tá no mês de abril, maio né, e eu não coloquei ainda, mas, a gente tenta conversar no dia a dia sabe. As regras são construídas todos os dias.* Perguntamos quem construiu as regras ela respondeu: *Nós, né, assim, claro que primeiro... não adianta falar assim, que a criança – claro a criança tem que participar – mas ela não sabe o que é melhor pra ela, as vezes ela quer bagunçar, bagunçar, bagunçar, então a criança tem que participar, mas em primeiro lugar o professor, nós né, aí explicar pra criança o porquê, o que que ela acha, o que ela...claro que tem que também dar um espaço pra ele dizer o que você acha, se concorda ou não concorda, porque, e dar um espaço pra ela colocar suas próprias regras, porque na verdade a criança sabe o que é bom e o que é ruim né. Então assim, sempre tem que elaborar os professores junto com os alunos.*

Outra professora é de opinião contrária, como relata: *Ao meu ver não tem necessidade. Né? Porque... assim... isso já é passado pra eles né?* Perguntamos se as crianças deveriam dar sugestões na aplicação dessas regras, ela respondeu: *eu acho que não, porque geralmente eles sempre vão procurar o mais fácil pra eles né? Por exemplo, se você der... hum... pedir uma ideia assim... aí eles não vão querer fazer as atividades, é lógico, eles vão querer só brincar, eles não vão querer ter compromisso, né? Então, assim,*

eu procuro dá assim... você, primeiro tem as atividades, depois você tem o lazer. Então, acho que, necessariamente, eles darem opinião assim não sei se funcionaria bem, a gente nunca tentô né, mas ao meu ver eu não sei se funcionaria bem não. A terceira professora é da mesma opinião dessa última, ela relata: *Não... as regras, é comigo mesmo [...] eu que mando ali naquele horário, sou eu porque to educando eles, então sou eu que mando neles naquele horário.*

Segundo a pesquisa de Piaget, a criança descobre o verdadeiro sentido das regras, toma consciência destas, quando começa a praticá-las em situações de cooperação, ou seja, na relação entre iguais. Como as crianças que somente cumprem as regras ditadas de forma arbitrárias poderão compreender o espírito da regra? Se para algumas dessas professoras a criança não necessita participar da elaboração das regras a serem executadas entre elas e seus iguais, e acreditam que essas crianças devem receber dos mais velhos as regras prontas, já que estes sabem o que é melhor para elas, o que ocorre então aqui é uma relação unilateral, promovendo a heteronomia nas crianças. Vimos também que em uma das professoras há uma fagulha de interesse em elaborar juntamente com as crianças as regras que serão executadas por estas, porém no relato dessa professora podemos notar que esta oscila em seu pensamento a esse respeito, já que em um momento ela diz que as regras devem ser estipuladas pelo professor e posteriormente levadas às crianças para essas julgarem se concordam ou não, e explicando o porquê daquela regra, pois, segundo esta professora, a criança “*não sabe o que é melhor pra ela*”. Em outro momento, esta mesma professora relata que as crianças devem participar dessa elaboração tendo um espaço para que as próprias crianças possam elaborar suas próprias regras, pois, segundo a professora, nesse momento, “*na verdade a criança sabe o que é bom e o que é ruim*”. No entanto, no relato desta professora vemos sobressair a questão do professor elaborar as regras e mostrar para a criança o porquê elas deveriam obedecer, tendo assim ainda uma espécie de educação moral de coação.

Em relação ao não cumprimento das obrigações pela criança no dia-a-dia na instituição as atitudes tomadas por alguns funcionários, segundo seus relatos, são os seguintes: *As crianças que deixam de cumprir os seus deveres, elas deixam de ganhar alguma coisa boa, pelo menos esse é o meu ponto de vista. Como eu mexo com doações que chegam, nunca deixo negar, você entente? mas por exemplo, a criança hoje ganhou um saco de pirulito, então aquela criança que não cumpriu a regra, ela pode ganhar um pirulito, mas aquelas que cumpriram eu procuro dar dois, três, entende? Mas às vezes eu tiro também, não nego não. Então eu acho que tirando alguma coisa que ela gosta, de um passeio, por exemplo, ela vai se conscientizar, é difícil, mas o adulto tá aí pra batalhar a respeito né.* Nesse sentido, podemos dizer que esta atitude é diretamente ligada à justiça retributiva, realizada por meio de expiação, pois sanciona a criança que não cumpriu seu dever retirando uma coisa que ela gosta ou dando a esta uma quantidade menor que as outras crianças receberam, como o exemplo apresentado pela entrevistada de dar um pirulito apenas para a criança faltosa e dois, três, para as crianças que cumpriram seus deveres.

Com o consentimento dessa instituição, em constituir um ambiente favorável ao desenvolvimento moral orientado para a autonomia dos abrigados fizemos uma triagem (em conversas estabelecidas com os funcionários e diretoria da instituição nas reuniões iniciais de proposta e nas de estudo assim como em observações) a fim de verificar se os resultados obtidos na pesquisa de diagnóstico permaneciam ou a situação havia se modificado. Constatamos que apesar de alguns funcionários, como as professoras, não serem as mesmas, o respeito unilateral ainda era a forma predominante nas relações no abrigo, então se via a necessidade de haver uma intervenção principalmente na formação dos atuais funcionários e orientação ao regime da instituição no que diz respeito à educação moral.

Para Buxarraís (1997), a educação moral consiste em criar condições necessárias para que, o indivíduo, descubra e realize a escolha livre e consciente de modelos e desejos.

Sendo assim, propomos atividades de intervenção junto aos funcionários como reuniões de estudo, planejamento, ação-reflexão e avaliação de práticas educativas orientadas para o desenvolvimento moral dos abrigados, proporcionando aos educadores e cuidadores a reflexão de sua real função na instituição e de seu papel como facilitador e desequilibrador do processo de desenvolvimento moral dos abrigados e do dever de propiciar espaços para reflexões tanto individuais como coletivas destes, para que assim possam ser capazes de elaborar de forma racional e autônoma os princípios de valor, e com eles enfrentar criticamente a realidade. Além disso, de aproximá-los a condutas e hábitos coerentes com os princípios e as normas que tenham criados como seus, para que as relações com os outros estejam orientados por valores como “a justiça, a solidariedade, o respeito e a cooperação”, como orienta Buxarraís (1997).

Acreditamos baseados na teoria piagetiana, que a vida moral se desenvolve na medida em que os seres humanos se relacionam entre si, e que a educação moral está relacionada a toda a atividade da criança, que para Piaget seria o “método ativo”. Para o autor esse método busca sempre atingir dois pontos: o primeiro de “não impor pela autoridade aquilo que a criança possa descobrir por si mesma”; e o segundo, que seria em consequência, “criar um meio social especificamente infantil no qual a criança possa fazer as experiências desejadas” (PIAGET, 1996, p. 24).

Um exemplo disso é o esforço do adulto em não resolver o problema pela criança, dando soluções e respostas prontas, mas propiciar oportunidades para as crianças tomarem decisões e conclusões. Segundo Vinha (2000), mesmo a criança não tendo capacidade de tomar grandes decisões, ela é capaz de tomar pequenas decisões, e essas pequenas decisões são fundamentais para que se conquiste a autonomia; a autora salienta que a criança não terá liberdade

total, mas responsabilmente administrada, ou seja, a criança não escolhe o que quer, mas o que prefere segundo as opções que existem.

Então, o papel fundamental do educador e do cuidador não consiste no *fazer pelas* crianças, mas sim, *com* elas. Dessa forma, para Vinha (2000), o educador vai delegando pequenas responsabilidades e tarefas que as crianças são capazes de realizar, supervisionando e estando sempre atento ao que acontece, e quando necessário auxiliando. Deve-se encorajar a criança, sempre que possível, encontrar sozinha solução para seus próprios problemas, instigando-a a encontrar qual a melhor saída para resolvê-lo. Mesmo que a criança encontre uma solução que o educador não acredita ser a melhor, é importante dar oportunidade para que ela resolva os problemas por elas mesmas, além disso, é necessário que o professor aceite a proposta da criança; na execução, esta vai avaliar se foi ou não uma boa solução, caso veja que não é uma solução boa terá a possibilidade de criar uma nova estratégia.

Cabe ao educador e cuidador facilitar a interação, de respeito mútuo, das crianças entre si e assim como a interação com os objetos, no entanto tomando cuidado para não fazer por elas aquilo que elas já podem fazer por elas mesmas. Será como mediador, no processo de coordenação de pontos de vistas divergentes. Permitindo as crianças a tomarem decisões e resolverem seus problemas sozinhas, estará transmitindo, segundo Vinha (2000), que confia nelas e de que acreditam que sejam capazes. Um fator que possa impedir o encorajamento do educador é o medo dos possíveis erros cometidos pelas crianças, como no relato de uma das professoras entrevistada que afirma que as crianças não sabem o que é melhor para elas, no entanto, a autora, orienta que o erro também tem um papel importante nesse processo, pois ele impulsionará um acerto futuro. Para ela, evitar o erro seria evitar o aprendizado da criança.

Em um ambiente de discussões e tentativas de resolução democrática de problemas, será muito comum surgir conflitos, pois em um ambiente em que impera o respeito unilateral, cabem as crianças apenas obedecerem as normas

atribuídas pelo adulto sem oportunidade de expressar sua opinião e pouco interagem uns com os outros, então o conflito será mínimo.

Os conflitos são fundamentalmente importantes para o desenvolvimento moral da criança, pois, segundo Piaget (1983), tanto no campo de desenvolvimento intelectual como no campo de desenvolvimento moral, a criança passa necessariamente por estágios subsequentes e cada estágio passará por duas grandes etapas necessariamente: a primeira é a sua formação e a segunda é o seu acabamento (o equilíbrio). Uma vez constituído o equilíbrio de um estágio esse não mais se modificará, mas com um desequilíbrio (casos que não se consegue resolver com as estruturas anteriores) será obrigado a formar novas estruturas a partir das anteriores que por sua vez a utilizará para fazer parte de estruturas mais complexas passando para os estágios subsequentes.

Ora, a crítica nasce da discussão e a discussão só é possível entre iguais: portanto, só a cooperação realizará o que a coação intelectual é incapaz de realizar. [...] Em suma, para socializar realmente o espírito, a cooperação é necessária, porque somente ela conseguirá liberar a criança da mística da palavra adulta (PIAGET, 1932/1994, p. 298-299).

Sem o desequilíbrio não é possível o avanço dos estágios, por essa razão dizemos que os conflitos, no campo da moral, é tão importante para que haja o desenvolvimento moral. A divergência de opiniões entre iguais causa desequilíbrio, se “minha opinião” não é a única existente e pode não ser a melhor, então, “tenho” que aprender a ouvir a opinião de outrem e nesse processo ocorre a descentração, há o processo de enfraquecimento do egocentrismo em benefício da cooperação e conseqüentemente da autonomia.

CONCLUSÕES

Segundo Vinha (2000), existe um agravante no desempenho do educador para realizar um bom trabalho na educação moral chamado “desculpa

verdadeira” que interfere desfavoravelmente no desempenho de seu trabalho, notamos que isso também acontece na instituição pesquisada, como queixa de falta de material, da relação com os outros funcionários e da diretoria, relacionamento dos abrigados com a família (no caso de crianças com vínculos familiares) ou a falta deste. No entanto, para a autora, esses fatos, apesar de tornar o trabalho mais árduo, não deve ser utilizado como uma desculpa para a não realização de um bom trabalho.

O educador deve ter consciência da importância de seu trabalho ser bem constituído para a qualidade do desenvolvimento das crianças e dos adolescentes. A autora relata que o simples gostar de crianças, apesar de ser um pré-requisito, não é suficiente para trabalhar como educador. Pois, este, diante de tamanha responsabilidade de ser um agente promissor de um ambiente adequado para o desenvolvimento intelectual e moral de indivíduos, deve ter uma formação profissional adequada assim como cursos de aperfeiçoamento. Sabemos que essa condição ainda está precária, pois no caso de instituições de abrigo, para muitas o apoio financeiro filantrópico e do Governo mal dá para bancar com suas despesas básicas, não tendo recursos para manterem cursos de preparo e aperfeiçoamento de seus funcionários, além disso, o baixo salário dos funcionários não permite que façam cursos por sua conta ou mesmo ter formação básica. Porém, sua formação é fundamental para o bom desempenho de seu trabalho com os abrigados, pois somente conhecendo o processo de construção do pensamento infantil, como ocorre seu desenvolvimento, como a necessidade de equilíbrio e desequilíbrio, o educador será capaz de respeitá-lo e direcioná-lo em conformidade para um desenvolvimento harmônico.

Além de sua formação, sua postura também será importante para o bom desempenho de seu trabalho, pois se o educador assumir a postura de constantes lamentações, diante de tamanhas dificuldades como as já citadas, acreditando que não há nenhum problema com seu trabalho, pois a culpa é sempre colocada em fatores externos,

[...] dificilmente, assumirão uma postura de profissionais reflexivos, atuantes e autônomos, pois estarão sempre isentando-se da necessária revisão interna, do refletir nas possibilidades de buscar alternativas viáveis (VINHA, 2000, p. 125).

Acreditamos que para educadores e cuidadores educarem moralmente os abrigados orientando-os para autonomia, a formação destes também deve ter sido orientado para tal fim, pois como podemos acreditar que educadores heterônomos formarão indivíduos autônomos? Como Buxarraís (1997) afirma:

É necessário estabelecer uma preparação que proporcione um conhecimento e gere uma atitude que conduza a valorizar a necessidade de uma atualização permanente em função das trocas que se produzem, a serem criadores de estratégias e métodos de intervenção, cooperação, análises, reflexões, a construir um estilo rigoroso e investigador (BUXARRAIS, 1997, p. 25).

Sabemos que se tratando de formação para funcionários em instituição de abrigo requer preparo e dedicação, pois como o público é muito diversificado em sua formação básica e técnica, deve-se estruturar as reuniões de modo que haja a possibilidade de participação e entendimento de todos. Vimos que no decorrer desse trabalho os objetivos estão sendo alcançados aos poucos. Alguns dos educadores e cuidadores, já fazem reflexões críticas a respeito de suas práticas assim, como apresentam interesse em adquirirem novas posturas que auxiliem no bom desempenho de seu trabalho enquanto educador. Muito ainda devemos percorrer para a constituição de um ambiente favorável ao desenvolvimento moral, mas julgamos que o principal que é a visão da necessidade desse ambiente já tem alcançado grande parte dos funcionários e o interesse de alguns em se orientarem para estabelecerem com as crianças e adolescentes uma relação de respeito mútuo. No entanto ainda há muito a prática de tentarem achar um culpado para o mau comportamento dos abrigados.

Confirmamos então, o que Buxarraís (1997) retrata que, para se falar em educação moral, antes é necessário se falar na formação inicial e continuada

do educador voltada para diferentes aspectos teóricos e práticos sobre a educação ética, moral e em valores.

Se a educação moral é constituída nas relações entre os indivíduos, as instituições sociais em geral mesmo se isentando dessa responsabilidade, estarão formando moralmente, visto que nela estão presentes pessoas de diferentes idades, credo, cultura, valores, etc., que convivem durante grande parte do dia. No entanto, qual será a qualidade dessa formação? Segundo Menin (1996), todas as instituições de ensino (a autora se refere especificamente a escolas, mas podemos também incluir instituições de abrigos) querendo ou não, atuam na formação moral, mas que nem todas conduz essa formação em direção da autonomia. E ainda, que contribuem para a perpetuação da heteronomia, devido ao forte predomínio do respeito unilateral, já que não favorecem a troca, mas sim a imposição.

No entanto, as experiências trazidas de educadores que enfrentam o desafio de realizar um bom trabalho em educação moral e em valores, provam que é possível que indivíduos aprendam a pensar sobre temas éticos e morais, desenvolvendo a capacidade de raciocinar logicamente, agir de forma que seu juízo seja capaz de mudar para melhor tanto a história pessoal, como a coletiva. Isso é possível, graças a situações de trocas em relações de reciprocidade em um ambiente cooperativo e que não desvaloriza os erros, mas, sobretudo aprende-se com eles.

REFERÊNCIAS

BUXARRAIS, M. R. La formación del profesorado em educación em valores. Propuesta y materiales. Bilbao: Editorial Desclée de Brouwer, 1997.

LA TAILLE, Y. Moral e Ética: dimensões intelectuais e afetivas. Porto Alegre: Artmed, 2006.

MENIN, M. S. S. Desenvolvimento Moral: Refletindo com pais e professores. In: MACEDO, L. de (org). **Cinco estudos de Educação Moral**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

PIAGET, J. **Para onde vai a educação?** Rio de Janeiro: J. Olympio, 1973.
_____. Os procedimentos da educação moral. In: MACEDO, L. de (org). **Cinco estudos de Educação Moral**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996. (Original publicado em 1930).
_____. **O juízo moral na criança**. São Paulo: Summus, 1994. (Original publicado em 1932).

VINHA, T. P. **O Educador e a moralidade infantil**: uma visão construtivista. Campinas: Mercado de Letras, Fapesp, 2000.